

Produtivismo e tecnociências



Por **JOSÉ MANUEL DE SACADURA ROCHA***

A saída do labirinto capitalista exige mais que uma crítica ao produtivismo; exige a construção de um socialismo que redirecione o progresso técnico para a autonomia e o bem viver coletivo

1.

A mentalidade burguesa raciocina que o tempo de trabalho social disponível dos indivíduos promove o consumismo, e este o produtivismo, e estas necessidades o desenvolvimento tecnocientífico. Na verdade, é mais certo que seja o contrário: a ânsia de lucros e a acumulação privada move o capitalismo para a produção irracional e infinita de quantidade de mercadorias.

O produtivismo que gera o consumismo, empurra os indivíduos para as satisfações ilimitadas de mercado, produz uma imensidão de mercadorias desnecessárias e, destarte as tecnociências aproveitadas nessa espiral produtivista-consumista, as produz e as faz circular de forma caótica e com enormes quantidades de desperdício (energético). E neste processo produz de forma igualmente caótica e desumanizante o sofrimento dos trabalhadores globais.

No entanto, é por este processo material ampliado que se produz o tempo de trabalho social disponível, porque o desenvolvimento das forças produtivas é sempre também um acúmulo de possibilidades qualitativas do fazer. Colocar em pauta o consumo energético sem reportar a crise de valor no interior do sistema capitalista, não é considerar o incremento de tempo de trabalho disponível, porque a crise do valor faz parte da mesma experiência do capitalismo avançado.

A crise do trabalho está na base da dispensação da força de trabalho que assim não produz riqueza e capital enquanto tal (isto é, sem força de trabalho não existe a exploração de mais-valor); e, por sua vez, se agrava, então, a abstração do valor. Neste sentido, a crise energética deve ser tida mais como a crise da irracionalidade produtiva, com o desperdício de procedimentos, de um lado, e, de outro, com a compulsão irrecusável do capital em transformar todo o valor social, coletivo, em ativo mercantil, e na medida em que produz, induzir também à compulsão pelo consumo dos indivíduos subsumidos.

A tese tecno-otimista segundo a qual as ciências poderão nos emancipar do trabalho compulsório, vital imediato, não é uma paranoia, mas, em termos, uma realidade distópica do capitalismo.

2.

Sair do produtivismo é o caminho para a autonomia dos cidadãos. Entretanto, qualquer decrescimento deve ser tomado no sentido de maior racionalidade e inteligência ambiental, e não a estagnação do desenvolvimento das forças produtivas necessárias ao bem viver das populações – a qualidade de vida, mesmo a que tem por base a pegada ecológica e ambiental, depende do desenvolvimento tecnocientífico constante.

O decrescimento não “é” um “muro” ao desenvolvimento do capitalismo (AUMERCIER, 2021), mas parte do processo qualitativo ascendente que já se manifesta no capitalismo e que, mais tarde ou mais cedo, transformar-se-á em outro modo de produção mais plano, racional e consciente (desalienado dos fetiches das mercadorias).

O decrescimento, neste sentido, deve focar a tese que existe uma quantidade fenomenal de trabalhos desnecessários e ineficientes que brutalizam os indivíduos e provocam danos irreversíveis no meio ambiente (SOLÓN, 2019), mas não uma volta zero de investimento em capital produtivo; a reestruturação do trabalho global pode economizar, para isso, energia global e produzir melhor para as populações que não têm acesso a uma existência digna (BASCHET, 2021).

Em muitos casos a solução menos danosa para as populações e para o meio ambiente, é dar autonomia para os grupos étnicos que por sua ancestralidade podem produzir a existência de forma salutar e resgatar sua cultura ancestral. No campo e nas cidades ao redor do mundo uma infinidade de experiências e práticas menos dogmáticas têm possibilitado questionar o capitalismo em seu espiral de desumanização e elevado comunidades a um outro patamar de sustentabilidade e bem viver.

Não se trata, a nosso ver, de “tecno-otimismo” ou “eco-otimismo”, mas de uma proposta para a autonomia dos fazeres e dos saberes coletivos que os constituem. A forma burguesa do viver incorre no erro de analisar de forma global o capitalismo em detrimento dos experimentos que o ultrapassam, desprezando os benefícios tecnocientíficos que são devidos aos grupos populares que os financiam – pelos impostos etc.

Essencialmente, se todo conhecimento é acumulado socialmente e passado adiante, geração após geração, então fica claro que o investimento privado individualizado em bens de produção é uma expropriação do saber, uma apropriação do “bem coletivo” pelo capital. O capital tem como “*ultima ratio*” conseguir transformar todo o conhecimento científico social em capital (no caso das tecnociências, em capital fixo), privatizando continuamente para si as tecnociências sociais, coletivas, mais avançadas – inclusive os conhecimentos autônomos dos povos seculares e populações originárias (indígenas, campesinas, quilombolas, ribeirinhos, agricultores familiares).

Christophe Aguiton (2019, p. 88) escreve que: “a ‘governança policêntrica’ baseada em desenhos complexos para gestões complexas em realidades complexas é o que garante a gestão dos comuns. Ela (Elinor Ostrom) postula que as comunidades são capazes de criar sistemas sustentáveis com base em consensos sociais. Sob esta perspectiva, predomina a noção de abundância, em contraposição à escassez, como pilar do paradigma dos comuns”.

A organização comunitária (dos comuns) é para a dialética materialista e autonomismo a forma mais democrática e mais eficiente de destinar e administrar recursos além da redução que o regime de acumulação (privada) impõe sobre o sistema de organização social total. Um dia o tempo de trabalho social disponível será tão maior e abrangente que grande parte das atividades dos sujeitos será dedicada a transformar o mundo caótico da propriedade nas melhores formas de destinar racionalmente o acesso dos recursos a todos.

Todavia, se faltar energia para o desenvolvimento do capitalismo, faltará para a construção do socialismo (autonomista). Na medida em que se distribui a riqueza social conforme as necessidades materiais de todos e nos emancipamos de grandes quantidades de trabalho compulsório, se a alta produtividade das forças produtivas (inclusive na produção das mesmas) pode acrescer o consumo de recursos energéticos.

Por outro lado, a alta racionalidade e a objetividade distributiva conforme as necessidades dos indivíduos, em outros patamares além da produção de mercadorias (p.ex., sem acumulação de capital), tende a equilibrar positivamente o consumo de energia para a totalidade social (inclusive na produção das forças produtivas, nas tecnologias e conhecimentos científicos apropriados). As questões do futuro socialista da humanidade não podem ser medidas pela régua do capitalismo, menos ainda obstaculizá-lo conforme a irracionalidade deste.

3.

Não será a “eterna crise de energia” uma forma de perpetuar o regime de acumulação do capital? A questão não é tão somente o caos do capitalismo, mas superá-lo. Não apenas o caos pelo caos, crise atrás de crise. Raciocinar conforme os predicados e a realidade sistêmica do capitalismo exige um nível crítico compatível com uma visão de futuro transformadora.

A dinâmica da dialética do capitalismo tenta regular as contradições próprias de suas bases, e, daí, o desenvolvimento tecnocientífico também tende a refutar a própria base e os termos em que ele se desenvolve: o avanço das forças produtivas atendem à máxima produtividade, portanto, igualmente à máxima qualidade na utilização do ferramental (meios) e dos processos (formas).

Isso é algo que o capital não pode evitar, as demandas sempre superiores em utilidade (valores de uso servem à dinâmica das trocas (SOHN-RETHEL, 2024) e a qualidade de vida na existência das sociedades (para as quais foram criadas), potenciais que se não parecem já estar à nossa disposição é porque o sistema procura de todas as formas evitar sua repartição equânime, e não por sua carência.

Pensar o capitalismo é pensar nas conformações possíveis que o movem para a sociedade de amanhã. A qualidade implícita em seu desenvolvimento não é apanágio deste ou daquele sistema de organização social, mas da força da dialética em suprir necessidades humanas (KOSIK, 1976).

Não se trata de pensar o socialismo autonomista como superação automática ou natural do capitalismo, mas dos vetores tendenciais dos quais os mecanismos do capital não podem se subtrair sem que ultrapasse os estreitos limites da produção e distribuição burguesas. Ou dito de outra forma, a ação dos agentes sociais, dos trabalhadores assalariados do capital, o ativismo mais ou menos militante de jovens e intelectuais comprometidos com o progressismo, os excluídos e não identificados pelo sistema, as ocupações e as existências associativas, são as peças que movem os fazeres mais ou menos organizados, mais ou menos espontâneos, disruptivos e de enfrentamento ativo contra as mazelas e as desumanizações do capitalismo.

As nossas respostas não são, obviamente, apenas estruturais, mas uma constelação de saberes e fazeres imbricados entre si e por dentro daqueles “vórtices espiralados” tendenciais das condições intrínsecas de movimento do próprio capital. Repetindo John Holloway (2011, p. 278): “A revolução não é uma questão de destruir o capitalismo, mas de se recusar a criá-lo. Colocar a revolução como a destruição do capitalismo é reproduzir a abstração do tempo que é tão crucial para a reprodução do capitalismo: é nos derrotar”.

As contradições são enormes, tanto as de cunho fenomenológico como as político-econômicas. As crises do capital são fissuras importantes, elas se constituem como parte do próprio capital em seu espiral “autofágico”. Mas isto se deve mais a seu desenvolvimento e não a seu colapso (TRENKLE, 2018); o paradigma da limitação estrutural das energias requeridas, consideradas finitas diante da infinitude e inquietude produtivista-consumista do regime do capital, a reprodução infinita das mercadorias não parece que vai ser refreada, apesar do alto custo ecológico e violência que promovem.

Como se vê atualmente na necessidade de minerais (terras raras) para compor as matérias primas da indústria mais avançada de semicondutores eletrônicos, em espaçonaves, armas, drones e carros elétricos, entre outros.

A produção de mercadorias continua, claro, a ser a necessidade de recomposição no nível profundo do capital e seu regime de acumulação. A produção do valor é a recomposição a partir da qual o capital se regula e ao mesmo tempo acumula. Mas existe algo novo nas sociedades produtivas avançadas: isso não exige mais todo o potencial da quantidade de tempo de trabalho, da utilização massiva compulsória de força de trabalho.

É verdade que o sistema aprofunda sempre mais o esgotamento da produção do valor e do dinheiro tendo por base a economia real. Nisso, as crises mais atuais são sintomas da autofagia do capital que para continuar inunda o mercado de crédito e o reproduz como valor fictício, enquanto que precisamente o volume de salários diminui e com isso o poder

aquisitivo das famílias (INVESTING, 2024).

4.

O Ecosocialismo enfatiza o decrescimento alegando que esta é a única forma de nos salvarmos da catástrofe a que nos leva o capitalismo; o decrescimento é a alternativa apresentada com mais ênfase. Mas, o decrescimento, e também o não-extrativismo, (ACOSTA; BRAND, 2018) não podem ser colocados, em absoluto, como enfrentamento do capitalismo quando isso significa frear o avanço das forças produtivas.

Algumas correntes democráticas pecam nisto (LÖWY, 2025): o que queremos combater é a forma (mercadoria) pela qual as forças produtivas são colocadas a serviço da exploração do trabalho social em favor da produção de capital e sua acumulação privada – não as forças produtivas em si mesmas.

Socialismo não é pobreza, ele depende de liberdade e desenvolvimento nas realizações e conhecimento tecnocientífico de todas as gerações anteriores. Desde tempos imemoriais lutamos pelo fim do trabalho compulsório que nos submete. O socialismo resulta mais desta conquista do que o contrário. A dialética é qualitativa, ela pertence à história!

A autonomia frente ao Estado e a autogestão dos indivíduos livres organizados e cooperados resolvem melhor estas questões, como a ocupação da italiana GKN pelos trabalhadores (SMITH; EDWARDS; DEY, 2024), e neste ponto não é possível aceitar sem restrições a proposta de Kohei Saito (2023) de “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)” das Nações Unidas, ou o “Desenvolvimento Econômico Sustentável” preconizado pelo Banco Mundial, e mesmo o “*Green New Deal*” de Joseph Stiglitz (2020) sustentado pela esquerda norte-americana: eles recolocam enfaticamente o formalismo oficial, a hierarquia especializada e a agência estatal no centro de tais programas.

Se o levante e autogestão populares parecem, por vezes, não resolver, não é por falta de poder, querer tomar o poder para planejar a sustentabilidade racional ambiental, mas porque o monopólio da ciência e tecnologia está oficialmente concentrado nas classes dominantes. Quem explora a natureza é o capitalismo, não o homem. É mais sensato usar a tecnologia contra os poderes que determinam nossas vidas, alargando sua utilização, do que simplesmente provocar decrescimento ou correr o risco de eliminar atividades extrativistas, tradicionais e familiares, que podem trazer penúria e sofrimento às camadas populares.

É claro que temos que romper com o capitalismo e seu “modo de vida imperial”, mas a alternativa do decrescimento leva quase que inexorável à estatização dos meios e das formas de fazer ecologia. Segundo Löwy (2025), a saída parece ser “passar da quantidade – sobretudo de mercadorias, crescimento do PIB – para a qualidade: aumentar o tempo livre e a proteção social”.

O nó górdio desta equação que não fecha, é que (i) a qualidade implica em desenvolvimento de forças produtivas; (ii) isto implica, por sua vez, no aumento do PIB, para financiar os investimentos em tecnologia e ciência; (iii) o aumento do tempo livre depende, então, do desenvolvimento das forças produtivas e, também, do aumento do PIB, e isto é certo, pois combina com a alteração na composição orgânica do capital (MARX, 2015) que “libera” a força de trabalho (mais capital fixo, menos mão de obra).

(iv) Por sua vez, a disponibilidade de recursos a serem distribuídos para sustentar a ociosidade (o tempo livre) anda a par com a proteção social, e portanto, mais custos sociais, que só podem ser conseguidos pelo aumento do PIB. E assim entramos em um ciclo que obviamente o capitalismo não tem disposição alguma para financiar: nem o Estado nem o capitalista da “Faria Lima”.

Em uma palavra, o tempo livre e a proteção social têm que ser financiados – em nenhum modelo econômico-social, presente ou futuro, pode-se abdicar de aumento de PIB (e é isto que luta contra o decrescimento); mas pode-se racionalizar a produção e planejar o mercado inserindo modelos inteligentes e sustentáveis ecologicamente, sem desperdício e sem

a terra é redonda

trabalhos desgastantes e desnecessários, aumentar o tempo livre, e cada vez mais isso é possível com modernas ferramentas digitais, algoritmos e cibernética (algoritmos poderosos com Inteligência artificial).

Só na realidade não mercantil, em termos, se pode razoavelmente falar que a qualidade de vida não depende das quantidades: no capitalismo a dependência é na ordem do PIB (produtivismo/ consumismo) – por isso a “revolução” parece ser lógica contra o aumento do PIB –; no socialismo a quantidade é na ordem de distribuição equitativa segundo as necessidades de cada um. A fórmula do “capital zero” – menos investimento em tecnociências, p.ex., em capital fixo, na planta da fábrica (4.0), ou nos aplicativos de serviços (apps) –, pode criar crises no capitalismo, com mais sofrimento para as populações pobres, nunca para o capital.

Karl Marx ((1857)1983, p. 233) com perspicácia afirmou: “Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis por que a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir”.

5.

A regulação das crises é papel que beneficia o capitalismo e a acumulação do capital (investe mais ou menos, produz mais ou menos, emprega mais ou menos, acumula mais ou menos etc.). Mas o investimento no desenvolvimento das forças produtivas “libera” a força de trabalho da propriedade do capital (fatalmente, o desemprego), destrói as relações sociais produtivas e gerais mercantilizadas, e cria outras.

O investimento no modo de produção capitalista é alimentado pela concorrência, e pela necessidade de diminuir custos com mão de obra a aumentar a taxa de exploração dos trabalhadores empregados. Aqui, a “ecologia do decrescimento” é diretamente o ser humano!

Contudo, tudo isso não significa abandonar as pautas ecológicas ou de urgência climáticas, mas redirecionar o desenvolvimento tecnológico para práticas sustentáveis, precisamente aquilo que o tempo social de trabalho disponível (tempo livre) potencializa e o que a consciência do valor de uso resgata: as práticas anticapitalistas são hoje fortemente pautadas pelas comunidades, pelo cooperativismo, pela população mais jovem sem emprego ou que não nutre expectativas de realização naqueles oferecidos pelo mercado. Isto prepara um novo tempo. Porque o capitalismo não pode deixar de investir – e não vai fazê-lo!

Quem procurar pegada zero ou depreciação total dos investimentos, ainda no âmbito do capitalismo, será engolido pelo monopólio que lhe responde; fora dele, no cooperativismo comunitário autônomo se prepara a economia planejada e avançada do socialismo, e é possível racionalizar a produção material de forma sustentável e atender às necessidades humanas de Bem Viver, onde, inclusive, as tecnociências podem emprestar maior eficiência produtiva e distributiva.

***José Manuel de Sacadura Rocha** é pós-doutorando no Departamento de Sociologia da USP. Autor, entre outros livros, de Sociologia jurídica: fundamentos e fronteiras (GEN/Forense) [<https://amzn.to/491S8Fh>]

Referências

Acosta, Alberto & Brand, Ulrich. *Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista*. São Paulo: Elefante, 2018.

Aguiton, Christophe. Os bens comuns. In: *Alternativas sistêmicas*. São Paulo: Elefante, 2019.

Aumercier, Sandrine. O muro da energia do capital: contribuição para o problema dos critérios de superação do capitalismo na perspectiva da crítica das tecnologias. In: vireditorial.net, 2021.

Baschet, Jérôme. *Adeus ao capitalismo: autonomia, sociedade do bem viver e multiplicidade dos mundos*. São Paulo: Autonomia Literária; GLAC edições, 2021.

Holloway, John. *Agrietar el capitalismo*: El hacer contra el trabajo, Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2011.

Investing.Com. Megacrash: nível alarmante de dívida pública mundial pode causar crise sem precedentes. In: msn.com, Lacalle, 2024.

Kosik, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Löwy, Michael. Na escola ecomarxista. In: aterraeredonda.com.br, 2025.

Marx, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. In: Florestan Fernandes (org.), Marx & Engels, história. Col. Grandes cientista sociais, n. 36. São Paulo: Editora Ática, 1983.

Marx, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2015.

Smith, Dave; Edwards, Tracy & Dey, Shaun. Trabalhadores italianos fazem ocupações contra a crise climática. Trad. Pedro Silva. In: jacobin.com.br, 2024.

Solón, Pablo (org.). *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. São Paulo: Elefante, 2019.

Sohn-Rethel, Alfred. *Trabalho intelectual e trabalho manual*. São Paulo: Boitempo, 2024.

Stieglitz, Joseph. *Povo, poder e lucro: Capitalismo progressista para uma era de descontentamento*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2020.

Trenkle, Norbert. *Anti-política em tempos de fúria homicida capitalista*. Trad. de Javier Blank. In: [Krisis.org](https://krisis.org), 2018.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA